

XI CODS

COLÓQUIO DE ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

BELÉM-PA, 10 E 11 DE NOVEMBRO

CARTOGRAFIA DE INOVAÇÕES SOCIAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE

AUTORIA

LUIZ PAULO JUNIOR RAMOS

E-mail: juniorramos173@gmail.com

Instituição de filiação: Universidade da Amazônia - UNAMA

Jones Nogueira Barros

E-mail: jonesbarros1@hotmail.com

Instituição de filiação: Universidade da Amazônia - UNAMA

RESUMO

A Cartografia Social corresponde a um instrumento que privilegia a construção do conhecimento popular e suas práticas cotidianas em defesa do desenvolvimento sócio territorial. O artigo tem como objetivo identificar práticas de inovação social e apresentar a cartografia de inovações sociais na Amazônia Paraense. Especificamente o estudo focou nas práticas de inovação nos municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara, pertencentes a Região de Integração Guajará e buscou identificar as suas ações e compreender a importância para o desenvolvimento local. Conclui que o cooperativismo constitui a prática de inovação social para o desenvolvimento local nos três municípios e que há necessidade de desenvolvimento de políticas públicas que fomentem a inovação social estabelecendo os papéis de cada ator e de que forma podem por meio de uma rede de colaboração desenvolver projetos inovadores sociais.

Palavras-chave: Cartografia Social. Inovação Social. Desenvolvimento Local.

Eixo Temático: Jovens Pesquisadores.

1. INTRODUÇÃO

A Cartografia Social corresponde a um instrumento que privilegia a construção do conhecimento popular, simbólico e cultural elaborado sob os preceitos da coletividade onde os diferentes grupos sociais expressam seus anseios e desejos (GORAYEB; MEIRELES; SILVA, 2015).

Lima; Costa (2012) enfatizam que a Cartografia Social ou simplesmente CS, pode ser compreendida como meio técnico, busca registrar relatos e as representações no processo de automapeamento, propiciando a identificação de situações inerentes a conflitos na forma de uso do território em questão.

No território brasileiro, a CS vem contribuindo ao longo do tempo em assegurar as conquistas como as de afirmação de identidades coletivas, reconhecimento dos direitos étnicos, conservação de práticas e culturas ancestrais, demarcação territorial. A esse respeito Boynard (2010, p.112) explicita que:

“[...] o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida (UFAM), que tem uma abrangência nacional e se articula com o Movimento Negro em várias frentes de luta como, por exemplo, os Quilombolas, as Mulheres Negras, os Afroreligiosos, as Quebradeiras de Coco Babaçu, os Faxinais, os Cipozeiros e os Negros Rurais.”

Os estudiosos e as populações que participaram do referido projeto realizaram um conjunto de oficinas de cartografia em finais de semana. Nesses encontros, além de cursos de capacitação, foram efetivadas discussões com as comunidades tradicionais sobre os aspectos sociais que são de interesse das comunidades, a serem representados no mapa. Após ampla discussão crítica sobre a ação de mapear foram analisadas as possibilidades de uso da terra que contrariam ou que são a favor das comunidades. A esse respeito Boynard (2010, p.112) acentua que:

“[...] como resultados das oficinas, são produzidos fascículos contendo textos de denúncia, reivindicação e históricos dos grupos, além de, principalmente, mapas com a espacialização dos dilemas (problemas, conflitos, necessidades) e saberes (tradições, seres e lugares sagrados) desses grupos, para dar ensejo às vozes e às lutas desse movimento social.”

Compreende-se que uma mesma população tem a capacidade de produzir diversos mapas em diferentes momentos históricos sobre o mesmo espaço. Os mapas são

dinâmicos e as lutas dos movimentos sociais não são fixas, novos desafios são postos a todo o momento para as comunidades o que propicia a construção e reconstrução dos mapas.

Tendo em vista se compreender a importância das atividades de mapeamento participativo a seguir serão tecidas reflexões acerca das possibilidades da Cartografia Social para a construção do conhecimento territorial. São feitas algumas considerações sobre a Pesquisa-Ação aplicada no mapeamento social elencando os aspectos qualitativos.

Quando as comunidades pensam em fazer sua própria cartografia, elas não estão pretendendo simplesmente retratar o espaço físico, mas afirmar seus modos de vida. Há, por certo, outras estratégias e outros tipos de atores-mediadores que recorrem à participação de grupos sociais localizados para configurar, no quadro do desenvolvimentismo e do ambientalismo, por exemplo, mapas que tendem a se mostrar funcionais a projetos de ordenamento territorial, de desenvolvimento local, de manejo de recursos naturais etc.

Assim é que podemos perceber nas práticas de mapeamento não-estatal, é uma modalidades de ação das mais diversificadas, ações complementares ao projeto desenvolvimentista, que procuram dar-lhe maior racionalidade, legitimidade ou “sustentabilidade”, ações que retiram do Estado o monopólio da representação territorial de modo a contestar seu protagonismo na produção de uma cartografia que é funcional ao modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista.

Nesta última perspectiva, o espaço será delineado pelos próprios grupos segundo suas identidades específicas. A tradição, com frequência evocada na definição dessas identidades, aparecerá, porém, como uma maneira de ser próprio presente. Tradicional, afirma-se, é o modo de ocupação do território e não o tempo dessa ocupação. Esta afirmação, ao mesmo tempo identitária e territorializada, dando em contexto de conflito e de dinâmicas de politização da natureza.

A politização torna-se visível, em particular, quando percebe-se que a perda do monopólio por parte do Estado gera uma certa perturbação onde, até então, a prestação de serviços cartográficos por empresas privadas nunca havia sido problematizada. Ademais, é visível que um processo político se estabelece na articulação entre os povos tradicionais, quando reúnem-se diferentes grupos e comunidades, dando visibilidade a um conhecimento que muitas vezes esteve guardado entre os mais velhos ou pelos detentores da memória coletiva – em grande parte sobre o que as comunidades perderam ou estão ameaçadas de perder - sobre as áreas de uso comunal, sobre o território das “coisas criadas”, paisagem

local das interações simbólicas e materiais entre homens, lenha, pasto, água, espíritos, caça e pesca.

Colocam-se na pauta, por outro lado, os mapas da prospecção de riquezas dos quais as comunidades ameaçadas, quando mobilizadas, poderiam, eventualmente, com proveito, se apropriar para ter clareza sobre a posição e a atuação que os grandes interesses econômicos pretendem ter sobre suas áreas. Quem mapeia quem? – eis, a questão. Esta é também a pergunta central desse debate.

Para este propósito, cabe ressaltar que na perspectiva de certas variantes do desenvolvimentismo hegemônico, tem-se pressuposto que em localidades como aquelas que, via de regra, têm servido de cenário para dinâmicas auto-organizadas de cartografia social, algo “estaria faltando” para que o “desenvolvimento” se desse. Nestes cenários caberia, nesta perspectiva, criar um ambiente de negociação destinado a “fortalecer o capital social do território”.

Ao contrário do que supõe tal pré-construção, que atribui unanimidade e desejabilidade ao projeto desenvolvimentista, entre os sujeitos da CS, encontramos aqueles que afirmam identidades e territorialidades que julgam estarem ameaçadas pelo projeto de desenvolvimento hegemônico. Os conflitos em que estão engajados são, desta forma, ao mesmo tempo simbólicos e materiais, e as práticas culturais entre as quais se inscrevem as atividades de auto-mapeamento, na contramão da expansão das fronteiras da acumulação, não apontam para arranjos institucionais consensuais, mas, antes, para o dissenso, pelo qual pretendem concorrer para a produção não hegemônica de sentidos e territórios.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cooperativismo e Cartografia de inovações social na Amazônia Paraense

Inovação social é um modo de criar novas e mais efetivas respostas aos desafios enfrentados pelo mundo hoje. É um campo em que não há limites, que pode ser desenvolvido em todos os setores, público, sem fins lucrativos e privado, e no qual as iniciativas mais efetivas ocorrem quando existe colaboração entre os diferentes setores, as partes interessadas e os beneficiários. Inovação social é uma nova ideia ou uma ideia melhorada que, simultaneamente, atende as necessidades sociais e cria novas relações sociais. É um fenômeno capaz de elevar a capacidade de agir da sociedade (MURRAY et al., 2010).

Nos últimos anos, a inovação social vem conquistando espaço por ter essa capacidade e por outras razões: as ferramentas clássicas de políticas governamentais e as soluções dadas pelo mercado provaram ser insuficientes para

suprir as desigualdades sociais, as questões da sustentabilidade e os problemas de mudanças climáticas. A sociedade civil por si só não possui os recursos necessários para lidar com problemas complexos em larga escala, e os custos para ultrapassar os desafios sociais se elevam. A inovação social surge como um meio alternativo e acessível de mudança que une todos em prol de melhorias sociais.

O cooperativismo na Amazônia, foi a base da solidificação dos imigrantes japoneses (no primeiro plano), assim espalhando por todas as regiões do estado, sendo assim, o cooperativismo pode ser explicado como uma iniciativa dos homens para superarem as adversidades e obstáculos que impedem a melhoria das suas condições de vida. Assim, o homem fez e faz do cooperativismo um instrumento de luta pela sobrevivência ao longo do tempo, consolidando em lugar no espaço como modelo de inovação social.

O cooperativismo, como modelo, pode ser visto como uma reação ao sistema capitalista. A produção por meio da exploração da força de trabalho ocasiona uma grande separação entre classes, e este resíduo derivado do modo de produção capitalista, não existe em uma empresa cooperativista. Cada cooperado tem poder de decisão igual ao de outro cooperado, independentemente da quantidade produzida por cada um deles. Assembleias são feitas para que decisões a respeito da cooperativa sejam tomadas. E estas serão efetuadas de acordo com a preferência da maioria dos cooperados (RIOS, 1987). Sendo assim, todos acabam por ter o mesmo poder, pertencendo a mesma classe e estando unidos a uma empresa democrática solidária.

As associações cooperativistas têm como principal finalidade melhorar as condições de vida de seus cooperados e não o lucro. O cooperativismo busca uma oportunidade no mercado de trabalho por meio da força da união de seus cooperados. A forma igualitária de cooperativismo é a maior atração para que os pequenos agricultores, consumidores e operários, se tornem associados de alguma cooperativa.

O cooperativismo é reconhecido por todos os governos como uma forma de resolver problemas sócio-econômicos (ALIANÇA 2009), e isto torna as empresas cooperativas um agente de desenvolvimento, podendo ter uma função importante na formulação e implementação de políticas públicas, principalmente no âmbito regional, visando melhorar as condições de vida, não só dos cooperados, mas como a de quem está no entorno da cooperativa.

Contudo, as cooperativas de produção agrícola consistem em um forte planejamento comunitário, onde englobam todos os tópicos desse trabalho: Cartografia Social e Inovações Sociais, no qual há uma produção em comum entre

os associados. A produção de produtos agrícolas na Amazônia Paraense, são definidas de acordo com a estratégia da cooperativa por todos os associados, é a que caracteriza a mesma. A comercialização desses produtos se faz necessária devido a uma lógica de integração dos dois setores, fazendo com que a comercialização seja feita de acordo com os interesses dos produtores.

Ainda no setor agrícola existem as cooperativas de serviços agrícolas, que são as mais difundidas pelo mundo, conhecida como “mista” pela diversidade de serviços que oferecem ao cooperado, os quais são: crédito, compra de insumos, beneficiamento, comercialização da produção, consumo doméstico, utilização em comum dos equipamentos, sendo estes alguns entre tantos outros tipos de serviços. Tendo sempre o objetivo de aumentar a renda de seus membros, a cooperativa auxilia os cooperados desde a colheita até a comercialização final.

2.2 Cooperativas de produção agrícola na RI Gajará

A Região de Integração (RI) Guajará ou simplesmente, Metropolitana é formada por 5 municípios (Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará), sendo uma das regiões de ocupação mais antiga do Estado, na qual está situada a capital Belém, fundada em 1616 como marco da colonização portuguesa na Amazônia, se constituindo hoje no município mais populoso do Pará.

Localizada na Região Nordeste do Pará, e entrecortada pela rodovia BR-316, a RI Guajará detém uma área territorial total de aproximadamente 2 mil quilômetros quadrados, o que representa 0,2% da área do estado.

Porém, é a RI mais populosa do estado. Sua população em IBGE/2019 foi estimada em pouco mais de 2 505,242 de habitantes, correspondendo a 26% do total do Estado. Belém é o município de maior contingente populacional representando 67% da RI, seguido de Ananindeua (23,46%) e Marituba (5,64%). A taxa de crescimento populacional média da RI de 2010 a 2014 foi de 4,26%, abaixo da média estadual (6,91%) para o mesmo período.

Contudo, na RI Gajará, destacamos os municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará para trabalharmos cooperativismo e cooperativismo de produção agrícola, pelas cidades serem as mais afastadas da RI, com isso as políticas públicas no que diz respeito a infraestrutura urbana é quase inexistente. Já que a RI Guajará pode ser caracterizada por densidades urbanas relativamente mais elevadas, concentração de renda e desigualdades sócias. Onde as cidades da região (em especial: Marituba, Benevides e Santa Barbara do Pará) se caracterizam por um crescimento urbano intenso e desordenado com grandes densidades populacionais, apresentando, em sua maioria, altos índices de periferização, com 52% dos

domicílios caracterizados pelo IBGE como aglomerados subnormais (IB-GE, 2010) e com indicadores preocupantes, principalmente na área de saneamento básico, sobretudo água e esgoto. Um cenário propício para a criação de inovações sócias, intituladas de cooperativas de trabalhadores/moradores.

As prefeituras das respectivas cidades não oferecem subsídio nenhum para o auxílio dessas cooperativas, fazendo com que as mesmas criem estratégias para conseguir manter-se no cenário produtivo atual, a ideia de Inovação Social. As mesmas apenas catalogam essas cooperativas a nível de informações para projetos expansionistas futuros.

2.3 As práticas de inovação nos municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara e suas ações para o desenvolvimento local

2.3.1 Município de Marituba

O município de Marituba, cujas terras foram desanexadas do município de Benevides, em 1995, está localizado mesorregião metropolitana de Belém, integrado a microrregião de Belém e a RI Guajará. É o município de menor extensão territorial com 111,09 km. Mas, sua densidade demográfica é terceira mais elevada do Pará, pela aproximação a capital Belém. A maioria do seus habitantes, devido à escassez de emprego na cidade, trabalha em Belém, por isso o município é chamado de cidade-dormitório. Limita-se ao norte com o município de Benevides, ao sul com os municípios de Acará e Belém, a leste com o de Benevides e a oeste com o município de Ananindeua.

Marituba também fica distante 5 km de Ananindeua e 7 km de Benevides. No caso de Belém, distante 13 km, o percurso pode ser feito pela rodovia BR-316, cuja qual, é a principal rota da sua produção agrícola.

Quando falamos em Cooperativas de Produção Agrícola no município destacam-se a Associação Agrícola Bela Vista, uma entidade de caráter Social e Comunitário sem fins lucrativos, fundada em 1997, no qual vem, ao longo dos anos atuando no bairro Bela Vista, procura desenvolver ações de promoção sócio-ambiental e preservação como forma de manter o equilíbrio natural e a sustentabilidade no meio em que está inserida além de promover as atividades agrícolas de seus associados incentivando-os a desenvolver atividades inovadoras, criativas e empreendedoras. Sua sede fica na Rua Adelaide Saturnino, S/N. cerca de 8km do centro da cidade. Os associados produzem diversos tipos de hortaliças em seus próprios terrenos, para comercialização na feira do município e distribuição em outras cidades, principalmente Belém.

Outras associações que chamam a atenção na cidade de Marituba são as associações de moradores que foram catalogadas e legalizadas pela prefeitura. Totalizando o número de 29 associações, cooperativas e institutos que utilizam da cartografia social para produzir inovações no cenário que estão inseridas.

2.3.2 Município de Benevides

Nos registros da sua história, Benevides surge como uma colônia agrícola, que foi reconhecida como povoado, sob a invocação de São Miguel Arcanjo, através de um ato da Assembleia Legislativa Provincial, em 10 de junho de 1878. Nos trabalhos históricos de Theodoro Braga, registre-se em Benevides, em 30 de março de 1884, contando-se com a presença do então Presidente da Província do Grão Pará, General Visconde de Maracaju, foi realizada uma sessão solene, na qual foi concedida a liberdade a todos os escravos residentes nesse território.

Relata-se, igualmente, que o ato teve como cenário a sede da Sociedade Libertadora de Benevides, alcançando enorme repercussão, a ponto de atrair para o lugar uma grande quantidade de escravos que se encontravam na condição de fugitivos, em outras localidades. A libertação concedida provocou uma concentração de mão-de-obra que foi empregada nas atividades agrícolas, fazendo Benevides progredir.

Os historiadores Theodoro Braga e Palma Muniz, embora não construam uma história referida diretamente a Benevides, quando escrevem sobre o Pará e a sua capital, Belém, registram que, pela Lei nº 646, em 6 de junho de 1899, o então povoado foi elevado à categoria de Vila, sem que isso representasse a sua transformação em Município, pois ficou estipulado que, em tal condição, continuaria vinculado ao Município de Belém, há referência histórica de que, com a construção da Estrada de Ferro de Bragança, Benevides foi contemplada com uma das estações ou paradas, que se achava localizada no Km 33 daquela via.

O nome de Benevides se constitui numa homenagem prestada ao Governador Francisco de Sá e Benevides. Com a criação do Município de Ananindeua, em 30 de dezembro de 1943, Benevides foi considerado parte integrante do seu patrimônio territorial, na categoria de distrito. Segundo informações estatísticas de ano de 1956, Benevides, como distrito de Ananindeua.

Em 29 de dezembro de 1961, foi reconhecido como Município, mediante a promulgação da Lei nº 2.460, ficando constituído como tal pelo desmembramento da área territorial pertencente ao Município de Ananindeua e por parte do distrito-sede do Município de Santa Isabel.

Em Benevides destaca-se a Cooperativa Agropecuária de Benevides - COOPE-BEM, uma organização comunitária sem fins lucrativos, que surgiu da necessidade dos agricultores familiares em se organizarem para comercializar sua produção constituída dia 27 de março de 2008, localizada no Distrito de Benfica - Murinin, com sede na Avenida Martinho Monteiro, 1550. Cerca de 11,5 km da sede do município.

Não possuindo apoio nenhum da prefeitura de Benevides a COOPEBEN, é apta e participa da chamada pública municipal onde distribui a sua produção para as escolas numa parceria com prefeitura. A COOPEBEN possui delegacias sindicais em todos os bairros que tem associados para melhor organização dos mesmos. Seus cooperados produzem vários tipos de cultura, como hortaliças, verduras, frutas e ovos em seus próprios terrenos. A produção é distribuída via Cooperativa.

Possuindo abrangência em outras cidades, participando de eventos dentro e fora do estado, como a feira do produtor orgânico onde a cooperativa é uma das que fundou a feira. A Cooperativa não se estende apenas ao distrito de Benfica – Murinin, possuindo filias no bairro do Taiacuí e uma sede de eventos no centro da cidade.

Outra associação criada na cidade de Benevides como forma de inovação social foi a Cooperativa de Trabalho de Catadores de Material Recicláveis de Benevides, uma sociedade de natureza civil e sem fins lucrativos, constituída no dia 23 de Outubro de 2008, que se regerá pelos valores e princípios do cooperativismo. Sua sede da administração localiza-se no seguinte endereço, Rua Miranda Mateus s/n, Bairro das Flores no centro da cidade e atua em toda a sede administrativa do município. Tendo como objetivo a defesa intransigente dos direitos Institucionais da categoria, o fortalecimento econômico-social de seus cooperados; assim como participar de ações e projetos voltados para o meio ambiente a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Não contando com um número limitado de associados, onde o mesmo cresce cada vez mais, tornando-se uma cooperativa familiar, sendo que ao atingir a idade de para se associa os filhos entram para a cooperativa.

2.3.3 Santa Barbara do Pará

Por volta de 1920, o povoado de Santa Bárbara subdividido em três adensamentos; Traquateua, Candeuca e Santa Rosa, onde foram instalados as primeiras escolas: - Mista de Candeuca, Mista de Traquateua e Mista de Santa Rosa, que administravam o ensino primário básico de 1º a 4º séries.

Em 1962, Santa Bárbara (que já fazia parte do município de Benevides, desmembrando de Ananindeua), elege seu 1º vereador Raído Alves de Souza, descendente dos Gomes da Silva e heredeiro das terras. Ele doou alguns hectares para a expansão do povoado e posterior assentamento da Vila de Santa Bárbara.

Existem três versões sobre a origem do nome do município.

Segundo conta o morador Jorge Moreira, a origem do povoado remontaria ao terceiro decênio do sec. XIX, nos idos da Cabanagem, onde os cabanos ali teriam-se aquartelados, e baixo das mangueiras, talvez à espera do momento oportuno para tomar de assalto a capital da província-Belém. Nessa sua estada na área teriam encontrado, semi-enterrada, uma pequena imagem a qual identificaram como sendo de Santa Bárbara, daí a origem do nome do local.

Já para a antiga moradora da região conhecida como “dona Ciló”, em decorrência de uma promessa feita e atendida pela Santa, para que não chegasse ao local uma grande epidemia que se alastrava pelas redondezas.

A outra versão é dada por Raimundo Alves de Sousa: segundo ele, a denominação para o povoado teria advindo da data em que Felipe Santiago Gomes da Silva, primeiro morador do local, teria terminado a construção de sua casa: 4 de dezembro, dia de Santa Bárbara.

No município de Santa Barbara do Pará, destaca-se o Assentamento “Abril Vermelho” terras antes pertencentes a Dendê do Pará (DENPASA), após tal processo de ocupação pelo MST é renomeada de Abril Vermelho, que foi criado dia 28 de novembro de 2008, com capacidade para 370 famílias, atualmente se encontra na fase 3 (criação). Apesar de existirem 7 fases para a consolidação de um assentamento, muitos não ultrapassam a fase 3. Pertence ao município de Santa Barbara, possui uma área total de 6.803,146 ha, com uma divisão de lotes que varia de 10 a 20 ha. Surgindo assim, as associações dos trabalhadores da comunidade Abril Vermelho - ATRAF III, Associação dos Trabalhadores na Agricultura – ASTRAGI e Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Abril Vermelho – ATRAAV, entre outras. Um grande avanço foi a entrada conquistada por alguns assentados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O qual foi criado no ano de 2003, se caracteriza como uma das políticas públicas que possibilita a agricultura familiar disponibilizar seus produtos através de chamadas públicas, ou seja, amplia o mercado. É considerado um avanço em relação as políticas públicas para o campo.

3. CONCLUSÃO

A Cartografia Social apresenta-se como uma ferramenta muito importante na medida em que favorece articulação entre saberes e conhecimentos por meio do estabelecimento de uma linguagem acessível que diz respeito a representação da realidade por meio da cartografia. A partir das discussões inerentes ao mapeamento participativo expressadas neste artigo é possível afirmar que os grupos sociais possuem uma visão de mundo pautada na experiência de vida, valores e conhecimento.

A Cartografia Social não é feito somente através da representação, mas também por meio de uma forma de ser visto, a criação de uma forma inovação social entra em discussão nas análise das informações que serão representadas. O território é um conceito chave nos trabalhos de Cartografia Social sendo compreendido co-mo recorte espacial destinado ao processo de socialização de diferentes grupos sociais sendo constituído por múltiplas culturas e dimensões inter-relacionadas, a saber, uma dimensão ambiental, económica, político, cultural, social e histórico.

Contudo, como foi visto na elaboração desse trabalho, a Cartografia de Inovação Social está diretamente ligado ao processo. Com a palavra “inovação” sendo bastante representativa. O processo de mapeamento social é fundamentado na representação da comunidade de nomes de lugares, confecção de seus símbolos, com sistemas de representação conhecimento local, mas só com inovação social, dos atores sociais que esses lugares são abraçados pelo poder público, reconhecendo o mesmo como Cartografia social.

Como a COOPEBEN em Benevides, que se organizou em uma grande e única Cooperativa para melhor gerir e distribuir seus produtos e hoje é referência para cooperativas de todo o Estado. Essa Inovação foi o “ponta pé” inicial para que essa comunidade e seus membros fossem vistos pelo poder público em todas as esferas. Por fim observa-se a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas que fomentem a inovação social estabelecendo os papéis de cada ator e de que forma cada qual pode por meio de uma rede de colaboração desenvolver projetos inovadores sociais.

REFERÊNCIAS

BOYNARD, Lya Moret. Representações do espaço geográfico em disputa: O Movimento Negro brasileiro e as novas cartografias sociais. Revista TAMOIOS. Ano

VI. Nº 1, 2010 p.110 a 114

Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate / Henri Acselrad (orga-nizador); Aurélio Vianna Jr ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Ja-neiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

Coordenadoria das Associações Comunitárias Legalizadas de Marituba. Documentos Ofici-ais, 2020

Cooperativa Agropecuária de Benevides - COOPEBEN. Documentos Oficiais, 2020

COOPERATIVA DE TRABALHO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE BENEVIDES. Documentos Oficiais, 2020

COOPERATIVISMO COMO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: A Contribuição da

Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu para a Sustentabilidade na Amazônia. Armando Wilson Tafner Junior. (dissertação de Mestrado) Belém: Universidade Federal do Pará, Nú-cleo de Altos Estudos Amazônicos, 2010

GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V. Cartografia social e cidadania: experiências do mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Editora: Expressão gráfica, 2015 196p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Belém, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidade de Benevides (PA), Benevides (PA). Prefeitura. 2009. Ofício encaminhado ao IBGE contendo o histórico do município. Portal IBGE / cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/benevides/historico> - acessado em 13/08/2020

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidade de Marituba (PA), Belém (PA). Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará. Estatística municipal: Marituba. 2011. Disponível em: <http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/marituba.pdf>. Acesso em: mar. 2014. Portal IBGE / Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/marituba/historico> - acessado em 13/08/2020

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidade de Santa Barbara do Pará (PA). Prefeitura. 2009. Ofício encaminhado ao IBGE contendo o histórico do município. Portal IBGE / cidades. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santa-barbara-do-para/historico> - acessado em 13/08/2020

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. (2010); The Open Book of Social Innovation. London, NESTA/The Young Foundation.

LIMA, M. V. da C; Costa, S. M. G. da. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. Revista Geografares, nº12, 2012 p.76-113

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEVIDES (PMB). Documentos oficiais, 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA (PMSB). Documentos oficiais, 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E

AGRICULTURA DE SANTA BARBARA – SEMAGRI

Região de Integração: Guajará. Plano Plurianual 2016 – 2019. Disponível em: http://www.ioepa.com.br/pages/2015/12/30/2015.12.30.DOE.suplemento_398.pdf . Acessado em: 26/09/2020